

*Os parlamentares da América Latina, Europa, Filipinas e Palestina, reunidos em Belém do Pará, Brasil, nos dias 28 e 30 de janeiro de 2009, aprovaram as seguintes **declaração final** e **resolução** sobre a crise financeira.*

Declaração Final

Afirmando alternativas para a crise internacional

A Rede Parlamentar Mundial (RPM) criada com o objectivo de articular à escala global a actividade parlamentar numa perspectiva de esquerda e progressista, reconhece a necessidade de uma maior ligação entre a luta empreendida no parlamento e as lutas protagonizadas pelos movimentos populares, sindicais, sociais, ambientais e outros.

No contexto da recente crise, a protecção dos espaços públicos das políticas neoliberais é uma das principais prioridades da nossa acção. Embora estejamos em condições de lançar uma grande ofensiva contra o neoliberalismo, este ainda preserva uma imensa capacidade de influenciar as políticas governamentais.

Os Estados devem intervir e apoiar a economia, propiciando um equilíbrio sem exclusões, trabalhando para superar a concorrência desleal de países que oferecem subsídios, não usando os recursos públicos para salvar os interesses privados, mas velando sempre pela defesa do interesse público quando se investem dinheiros públicos, não prescindindo de exercer um poder real de decisão correspondente a esses investimentos; devem também preocupar-se com o "Investimento Social" e a integração regional.

Reivindicamos um amplo debate no âmbito dos organismos multilaterais sobre a integração política, social e cultural, para além dos limites intrínsecos a economia de mercado, principal responsável pela preservação e ampliação das desigualdades sociais e regionais.

A RPM defende o encerramento de todos os paraísos fiscais (off-shores), verdadeiros centros de fuga e evasão fiscal criminosos que retira enormes recursos do uso social, em favor do uso privado dos capitalistas; essa seria uma das medidas mais

6º FÓRUM PARLAMENTAR MUNDIAL

importantes de combate à crise financeira e de defesa da transparência no mundo dos negócios.

É fundamental a reorganização e reorientação das instituições financeiras internacionais, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. Recusamos a partilha entre os EUA e União Europeia das presidências destas instituições. Há mais mundo para além das grandes potências capitalistas. A nova correlação de forças na América Latina, que hoje conta com um vasto leque de governos de esquerda, traz novas soluções para um desenvolvimento social e económico de novo tipo.

O Fórum Social Mundial está na sua 9ª edição. Neste importante momento da conjuntura internacional, devemos avançar num claro sentido de organizar um programa de intervenção internacionalista, com vista a ser levado ao cabo por governos progressistas, que esperamos possam avançar em cada vez mais países. A acção dos presidentes de esquerda no continente (cinco dos quais participaram no FSM: Lula, Hugo Chavez, Evo Morales, Fernando Lugo e Rafael Correa) é parte do rico momento vivido pelo continente Americano.

Sendo a Europa um privilegiado espaço de disputa geopolítica, os parlamentares integrados na Rede defendem a necessidade de uma política externa europeia de paz e cooperação, respeitadora do desenvolvimento dos países com que estabelece acordos de cooperação, que não esteja alinhada com o interesses das grandes corporações privadas de acesso aos mercados nos acordos de livre comércio, nem esteja alinhada com a estratégia do governo dos EUA.

A lei de migrações, intitulada “Directiva de Retorno”, recentemente aprovada na União Europeia, deve ser objeto de combate e reflexão para a Rede Parlamentar Mundial. Os processos de integração regional não podem estar subordinados apenas a interesses económicos, mas sim ter um carácter social e de desenvolvimento equilibrado e solidário. É nosso dever iniciar duras iniciativas contra as recentes ondas xenófobas, que na Europa tem obtido vitórias políticas sucessivas, enquanto na América Latina assumem uma expressão mais nítida na delicada conjuntura boliviana e venezuelana.

Como parlamentares, membros de partidos políticos, eleitos pelo povo com compromissos de desenvolver, a partir das instituições, uma acção que tem os mesmos objetivos que os movimentos sociais e o FSM, entendemos ter um importante papel a cumprir no âmbito dos Fóruns Sociais. Consideramos importante que o FSM possa integrar as iniciativas originadas na sociedade civil com as experiências protagonizadas por partidos populares e coligações de esquerda e progressistas.

Os objetivos do FSM são opostos aos do Fórum Económico de Davos. Reconhecemos a importância de o FSM ampliar a sua capacidade de apoiar e dinamizar lutas políticas travadas em todo o mundo e de articular-se com a capacidade de transformação real da sociedade pelos governos progressistas.

Recursos naturais, política energética e sustentabilidade ambiental

As políticas de diversificação da matriz energética devem receber da nossa parte cada vez maior atenção; o planeta tem dado manifestas demonstrações de exaustão devida à depredação e uso indiscriminado dos recursos naturais de modo não sustentável. O desenvolvimento de sistemas de poupança de energia e de maior eficiência na utilização de energias alternativas, combinam o objectivo de lutar contra as mudanças climáticas com a criação de novos empregos e abertura de indústrias amigas do ambiente. Os objectivos sociais e ambientais podem e devem ser combinados no novo modelo de desenvolvimento que defendemos. Um modelo justo, equitativo, que esbata as diferenças entre ricos e pobres dentro de cada país e entre as regiões do mundo.

É necessária uma redução de pelo menos 30% nas emissões de gases com efeito de estufa até 2020 e de pelo menos 70% a 90% em 2050 para limitar a 2 graus centígrados o aumento de temperatura relativamente à fase pré-industrial. O mercado de CO2 colapsou, mostrando que a distribuição pelos Estados de quotas às grandes empresas foi muito excessiva, devendo passar a ser mais restritiva, de acordo com os objectivos mencionados de redução e devendo ser pagas pelas empresas aos Estados.

Na próxima Conferência de Copenhaga, que debaterá um novo protocolo pós-Kioto, deve também ser aprovado um acordo sobre aviação e navegação internacionais, sob pena da existência permanente de desastres ambientais.

A água é um direito humano e um bem público essencial à vida e não pode ser tratada como uma mercadoria sujeita às regras do mercado, nem pode ser entregue à ganância de operadores privados que visam o lucro. É responsabilidade dos Estados garantir a toda população o abastecimento de água de qualidade a um preço justo.

A defesa da biodiversidade é uma questão fundamental de civilização que interpela o futuro e todos os responsáveis políticos. Devemos trabalhar em três direcções: 1.- Um projecto geral sem preconceitos, com cooperação multilateral. 2.- Uma visão nova da política, da qual temos de ser um exemplo. 3.- Partilhando as responsabilidades e dando respostas imediatas às exigências actuais.

A RPM defende a promoção da agricultura agroecológica, baseada na agricultura camponesa como factor de soberania alimentar, de desenvolvimento e criação de emprego e de protecção do equilíbrio ecológico. É necessário assegurar o acesso à terra, articulando a luta pela reforma agrária e pela reforma urbana, promovendo a integração territorial e regional, respeitando as identidades e diversidades dos nossos povos.

Democracia e Direitos Humanos

A defesa dos direitos humanos e liberdades de organização e mobilização social encontra na RPM um legítimo aliado. No âmbito da articulação permanente da RPM, decidimos pela criação de uma comissão especial para acompanhamento das lutas

6º FÓRUM PARLAMENTAR MUNDIAL

sociais pelas liberdades democráticas e de participação, para além do formalismo institucional e das democracias liberais.

O cultivo da democracia para nós é essencial. Não há um conceito único de democracia. Devemos conjugar a participação popular com a actividade parlamentar institucional. A conquista do voto universal, onde não há distinção entre os cidadãos, constituiu um dos maiores progressos da humanidade. Consequentemente, os parlamentos devem afirmar-se enquanto poder e não sucumbir a agendas impostas pelos poderes executivo e judiciário. A actividade parlamentar, a nosso ver, tem um carácter de debate político e ideológico permanente.

O avanço das novas tecnologias e as novas formas de organização parlamentar devem ser aproveitados pelos deputados no sentido de estreitar laços entre a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e sindicais, que devem ter um espaço privilegiado também nesta nova etapa.

Temos de criar condições para ter mais mulheres na política. Uma das nossas mais importantes tarefas é dotar a Rede de uma prática feminista, em defesa de maior participação e envolvimento das mulheres na vida política, a todos os níveis, nos parlamentos e nos executivos dos seus países, e também no âmbito internacional. Mais mulheres no poder - mais poder para as mulheres.

Ainda prevalecem vestígios do patriarcado em diversas partes do mundo, sendo que a violência física e uso do corpo como meio de sobrevivência são realidades que ainda não mudaram substancialmente. Criaremos uma comissão especial dentro da Rede para tratar deste assunto, além do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual e trabalho escravo.

A RPM está especialmente atenta às Eleições Presidenciais que se realizarão em El Salvador no próximo dia 15 de Março de 2009. Os parlamentares estarão muito atentos ao proceso eleitoral deste país, atendendo aos problemas que se apresentam actualmente no sistema de identificação nacional e recenseamento eleitoral, com vista a evitar que se possa produzir qualquer tipo de fraude contra o povo salvadorenho.

Continuamos a acompanhar os esforços do povo colombiano na luta pela paz, no seu empenho na busca de uma solução de diálogo para o conflito armado. A defesa da vida e dos direitos humanos são condições necessárias para a construção de uma paz duradoura.

Da mesma forma, enviamos ao povo cubano uma especial saudação no ano em que celebram o cinquentenário da sua Revolução vitoriosa e reafirmamos a nossa indignação face ao cruel bloqueio de que têm sido vítimas. O fim do bloqueio é um importante teste à nova presidência de Obama.

Agenda pela paz e soberania dos povos e das nações

A RPM afirma a sua total solidariedade ao povo Palestiniano, que permanece em luta pela defesa dos seus territórios, cultura e soberania, e condena vivamente as

6º FÓRUM PARLAMENTAR MUNDIAL

atrocidades terroristas cometidas pelo Estado de Israel. Consideramos que não há solução militar para este conflito, que deve terminar imediatamente com o reconhecimento dos dois povos a viverem uma nova fase de desenvolvimento em paz e segurança, com fronteiras estáveis.

Exigimos a retirada das tropas invasoras do Iraque e do Afeganistão e a resolução destes conflitos através das Nações Unidas. As forças de manutenção de paz que intervenham em qualquer parte do mundo devem ter mandatos claros regulados pela comunidade internacional

A RPM defende o fim da OTAN e manifesta-se contra o estabelecimento de bases militares estrangeiras em qualquer parte do mundo. A presença da 4ª frota dos EUA no Atlântico Sul representa uma ameaça à soberania das nações da região e é um instrumento imperial injustificável no mundo de hoje.

A busca incessante do lucro, a indevida intromissão das multinacionais e dos governos com políticas imperiais e neocoloniais em diversas áreas do globo, permitem prever muitos e muitos anos de luta, ora em campo aberto, ora dissimuladamente, pelo controle do potencial energético do mundo. Essa mesma disputa, tem também um lado sombrio, fundamentalmente no que diz respeito ao controle das reservas de água.

O acesso cada vez mais restrito e cada vez mais selectivo a este bem, impõe-nos uma agenda de lutas e acompanhamento, principalmente na África, Médio Oriente e Sudeste Asiático, onde já explodem confrontos devidos à apropriação indevida da água e mesmo ao deslocamento do curso de rios para o privilégio de alguns poucos, resultando na ampliação da condição miserável da maioria.

O belicismo, prática disseminada incessantemente pelo governo dos EUA, também é levada a cabo por países de menor poder geopolítico e capacidade militar regional. O multilateralismo, principal arma contra a agenda da guerra, deve estar associado a uma cultura de paz, perspectiva pela qual trabalham os membros da Rede Parlamentar Mundial.

O tema da paz não pode ser tomado somente pelo seu aspecto anti-militar ou de defesa dos recursos naturais. O fundamentalismo político e o ódio racial ainda preservam imensa capacidade de sedução, o que é traduzido em confrontos sangrentos por todos os cantos do mundo. O sectarismo religioso deve também ser combatido vivamente pelos parlamentares da Rede, que defendem a laicidade, quer dizer, a neutralidade do Estado relativamente às opções religiosas ou ateístas, que é uma garantia para a liberdade de culto de todas as religiões e a expressão de todas as opiniões.

Acções da Rede Parlamentar Mundial

A RPM trabalhará para criar uma maior cooperação internacional entre parlamentares progressistas. Para tal considera necessária a criação de um Secretariado Executivo, rotativo, que tenha por finalidade disseminar uma agenda comum de lutas desta rede e enraizar esta iniciativa global rumo a práticas verdadeiramente integradoras,

6º FÓRUM PARLAMENTAR MUNDIAL

apelando à participação de mais parlamentares de esquerda de vários pontos do globo.

A ocorrência da I Conferência sobre Segurança Social (Brasília, 2009) é um importante momento para realizarmos uma reunião extra deste FPM, no sentido de ampliarmos a nossa capacidade de actuar em defesa dos serviços públicos e contra a política neoliberal. O Fórum Mundial da Água (2009) e o 5º Fórum Urbano Mundial (Rio, 2010) do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos – NU/Habitat, são espaços para reunirmos os parlamentares da Rede por áreas de interesses, constituindo grupos de trabalho específicos em articulação com o Secretariado Executivo da RPM.

Apoiamos a iniciativa do Parlamento Centroamericano quanto à Frente de Parlamentares contra a Fome e pela Segurança Alimentar.

Apoiaremos e organizaremos a iniciativa de dar uma voz aos parlamentares nas actividades da 63ª Assembleia Geral da ONU, que será chamada “A Conferência Internacional e o seu Impacto no Desenvolvimento”, mobilizando-nos para Nova Iorque, no marco da mencionada conferência internacional das Nações Unidas, com o objectivo de apoiar os interesses comuns dos povos, para exigir que se transforme o sistema de Breton Woods e os mecanismos viciados do sistema económico mundial num novo sistema que seja inclusivo, equitativo e justo para todos os países. Esta iniciativa é objecto da resolução seguinte:

RESOLUÇÃO SOBRE A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Reconhecendo que a actual crise financeira e económica mundial adquiriu proporções sem precedentes, como consequência de um período no qual a economia global cresceu na base da especulação e do consumismo de alguns países,

Considerando que os mercados financeiros são globais e que a actual crise financeira tem efeitos devastadores em todo o mundo, em particular nos países em desenvolvimento,

Considerando que a actual crise financeira afecta adversamente o desenvolvimento económico e social dos países em desenvolvimento, e em especial os pobres e excluídos do mundo,

Observando que as instituições de Bretton Woods e as suas políticas já demonstraram ser ineficientes e incapazes de prevenir o surgimento dos desequilíbrios financeiros globais que causaram a actual crise,

Profundamente preocupada de que los resgates financeiros, adoptados para sanear o impacto da crise financeira nos países desenvolvidos, sejam financiados, de forma directa ou indirecta, pelos países em vias de desenvolvimento,

- 1- *Recusa* o sistema financeiro internacional orientado para a especulação, que mina seriamente a capacidade dos países em desenvolvimento para construir sociedades justas, inclusivas e solidárias;
- 2- *Sublinha* a urgência de estabelecer, sobre novas bases, instituições financeiras internacionais plenamente inclusivas e representativas dos interesses e necessidades de todas as nações do mundo, em especial dos países em desenvolvimento; que substitua o opressivo sistema financeiro nascido em Bretton Woods, representado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.
- 3- *Apela* ao encerramento de todos os paraísos fiscais (off-shores), verdadeiros centros de fuga e evasão fiscal criminosa que retira enormes recursos do uso social, em favor do uso privado dos capitalistas; essa seria uma importante medida de combate à crise e de defesa da transparência na economia.
- 4- *Saúda* a iniciativa do Presidente Hugo Chávez Frías de solicitar a convocatória de uma Conferência das Nações Unidas ao mais alto nível para transformar o sistema financeiro e económico mundial num sistema mais justo, mais equitativo e mais democrático,
- 5- *Exorta* os movimientos sociais do mundo a organizarem-se e mobilizarem-se a favor de um novo sistema financeiro e económico mundial fundado nos valores virtuosos da justiça, da igualdade e da solidariedade, e a denunciarem, no marco da Conferência da ONU, o capitalismo e o neoliberalismo responsáveis pela actual crise financeira mundial.